



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - Uniceub
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FASA
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO: JORNALISMO

**O PALANQUE DA GRANDE IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA: OS EDITORIAIS
E OS POSICIONAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS**

RAPHAEL BRUNO DE SOUZA

RA: 2041347/4

PROF^ª. ORIENTADORA: MÔNICA PRADO

Brasília, novembro de 2007.

RAPHAEL BRUNO DE SOUZA

**O PALANQUE DA GRANDE IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA: OS EDITORIAIS
E OS POSICIONAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS**

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof^a Orientadora: Mônica Prado

Brasília, novembro de 2007.

RAPHAEL BRUNO DE SOUZA

**O PALANQUE DA GRANDE IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA: OS EDITORIAIS
E OS POSICIONAMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS**

Monografia apresentada como um dos requisitos para a conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Profª Orientadora: Mônica Prado

Banca examinadora:

Profª Mônica Prado
Orientadora

Prof. Sérgio Euclides
Examinador

Prof. Luis Felipe Miguel
Examinador

Brasília, novembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a toda minha família, por seu incondicional e infinito amor e apoio emocional. Especialmente meu pai, cuja hombridade, disposição e intelectualidade continuam a me inspirar e servir como modelo de ser humano cotidianamente. Sem seu cuidado, atenção, incentivo, carinho, e principalmente sábia orientação, muitos dos obstáculos que a vida insiste em nos colocar jamais teriam sido superados. Não raros foram os momentos em que suas palavras, mas principalmente suas ações, tocaram minha alma. O que escrevo aqui jamais poderia fazer justiça a esse homem e a sua importância na minha vida. Herói da vida real, a mera lembrança dos muitos momentos em que exerceu sua influência positiva na minha vida me emociona.

Andréia, companheira, por sua compreensão em relação aos momentos que precisei, dolorosamente, me privar da sua agradável presença. A Mônica, cujas perspicazes observações e sugestões contribuíram para o aperfeiçoamento da pesquisa. Aos colegas, inseparáveis, por todos os momentos de descontração. E a todos os mestres que, ao longo da minha formação, contribuíram para que me tornasse não só um melhor aprendiz, mas também um observador e um intérprete mais preparado diante da realidade. A todos vocês, meus sinceros e profundos agradecimentos.

EPÍGRAFE

“Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social, a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político. A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão destes interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por esse modo, política, lhe assegura”.

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

Este trabalho observa como e com que intensidade se manifestam os posicionamentos político-ideológicos da grande imprensa escrita brasileira através de uma análise do discurso de seus editoriais. A partir dos resultados obtidos, que revelam o comprometimento do sujeito imprensa com determinada percepção de mundo social vinculada ao modelo capitalista de sociedade, discute alguns dos impactos sobre a prática jornalística derivados dessa constatação.

Palavras-chave: Editorial, Ideologia da Imprensa, Jornalismo Opinativo, Liberalismo.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 O editorial e a subjetividade autorizada	9
1.2 As novas relações com o leitor e a defesa do capitalismo	11
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos	17
1.4 Metodologia	17
2 DESENVOLVIMENTO	20
2.1 O quadro teórico do liberalismo e as características do editorial	20
2.2 A base de dados: Os editoriais de cada veículo	25
2.2.1 Procedimentos de análise da base de dados	30
2.3 Análise dos dados	33
2.4 Discussão dos resultados	46
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

O problema visado pela pesquisa é basicamente descrever de que forma e com que intensidade os posicionamentos político-ideológicos da grande imprensa brasileira se manifestam nos editoriais de jornais diários e revistas semanais. Essa questão ganha centralidade em discussões que abrangem desde distribuição de poder nas sociedades contemporâneas quanto às possibilidades de práticas jornalísticas democráticas, na medida em que a mídia como um todo exerce cada vez mais o papel de principal meio difusor de acontecimentos, visões e interpretações do mundo social. A opção pela imprensa escrita é óbvia. Em outros meios, como a televisão, rádio, ou ainda a internet, a prática do editorial é rara, quando não ausente. Por outro lado, acredita-se que a natureza concentrada da propriedade dos meios de comunicação no Brasil, com muitos dos jornais e revistas integrando propriedades cruzadas de um mesmo grupo de comunicação, ameniza eventuais distorções na capacidade de generalização da pesquisa. Em termos de procedimentos metodológicos, a ferramenta escolhida para tal tarefa é a análise do discurso.

1.1 O editorial e a subjetividade autorizada

A opção pelo editorial, como tipo textual jornalístico a ser analisado na tentativa de situar a atuação da imprensa enquanto sujeito político, é menos óbvia. A maioria das pesquisas que direcionam o olhar para a manifestação de posicionamentos políticos e ideológicos que eventualmente poderiam comprometer uma apuração e uma redação de acordo com os princípios jornalísticos se concentra na cobertura e reportagem de fatos ou personagens políticos, ou seja, nos tipos textuais de suposta natureza objetiva. Em seu trabalho mais famoso, (LIMA, 2002) um dos maiores especialistas na área, Venício Lima, analisou como a Rede Globo promoveu em três ocasiões diferentes, na década de 80, cobertura jornalística desse tipo.

Trabalhando o eixo “distorção, omissão e promoção” de informação jornalística com objetivo político, Lima identifica de forma clara como a Globo agiu dessa forma durante a campanha das “Diretas Já”, na eleição de Leonel Brizola para governador do Estado do Rio de Janeiro e na primeira greve da história brasileira de trabalhadores de uma refinaria da Petrobrás. Se, por um lado, como Lima fez tão bem, é possível descobrir coberturas enviesadas, um dos pressupostos da presente pesquisa é o de que não é necessário se embaralhar nas questões que envolvam a tensão objetividade/subjetividade para perceber a parcialidade da imprensa. Acredita-se que essa parcialidade se esconde, de certa forma, no reino da subjetividade autorizada, o jornalismo opinativo (no caso, a opinião do próprio jornal) e que, aí sim, num segundo movimento, acaba por permear o espaço da objetividade.

Ora, para tanto, basta adotar uma perspectiva contemporânea da epistemologia científica, que afirma ser a objetividade absoluta impossível de ser alcançada, devido ao fato de que todos os sujeitos já trazem consigo um arcabouço cultural e ideológico prévio. No caso do sujeito imprensa, esse arcabouço está manifestado no editorial. Para quem desejar destrinchar como ele chega à outra ponta, a da reportagem e da redação, basta incorporar à análise questões já fartamente trabalhadas nas teorias do jornalismo, como a hierarquização das redações e o controle das informações através de processos como a seleção e ordenamento de pautas e matérias, além da atuação de figuras-chave como editores, chefes de reportagem e toda espécie

de *gate-keepers*. Como Luiz Beltrão argumenta, a política editorial do veículo é controlada por:

“[...] elementos de confiança e experiência, que ocupam cargo de mando na redação: o diretor, o redator-chefe, os secretários e chefes de reportagem, os editores de diversos departamentos. Tal controle é exercido, sobretudo, pela seleção das informações e dos temas” (BELTRÃO, 1980, p. 38).

Neste sentido, pretende-se que a presente pesquisa venha a ocupar uma espécie de vazio nos estudos sobre os assuntos, ao direcionar o olhar sobre o conteúdo opinativo da imprensa, mais especificamente os editoriais. Tal medida não tem outra orientação senão atuar de maneira a completar e enriquecer os trabalhos sobre enviesamentos, ao elucidar uma ponta relativamente esquecida da produção jornalística. Acredita-se que ao proceder de tal maneira, os estudos de comunicação tendem a ganhar em amplitude e força de análise, na medida em que se englobem mais fenômenos, possibilitando uma sistematização de forma geral mais completa da realidade.

Até porque, a opinião, entendida aqui na definição que Luiz Beltrão constrói para ela, como “função psicológica pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo”, constitui elemento central da atividade jornalística. Como o próprio Beltrão aponta:

“Opinar, para ele (jornalista), não é apenas um direito, mas um dever, pois, de ofício, está incluído entre os que fazem profissão de opinar. Ainda mais: É sua função captar, em qualquer campo, aquele objeto importante sobre o qual a sociedade exige uma definição. [...] E é através dos *mass media*, notadamente da imprensa, mas também, do rádio, da televisão e do cinema, que as opiniões adquirem existência pública. Ao jornalista, pois, cabe a função de pregoeiro da opinião (própria ou de indivíduos e grupos sociais), a fim de que não fique ela restrita ao mundo privado das vivências de cada um, mas ingresse no mundo de todos... fique em disponibilidade... seja, em suma, uma instância à qual se possa recorrer, condição de suma importância para a orientação do homem e da sociedade nos nossos tempos” (BELTRÃO, 1980, p.14).

Nesse sentido, não existe razão pela qual se justifique excluir essa parte, tão essencial, das análises. A argumentação de que o veículo pode, e até mesmo deve ser enviesado na sua esfera de opinião, tendo em vista que intrinsecamente se trata de um espaço de juízos de valores, não anula o interesse e a contribuição que pode ser feita ao observamos esses juízos. De forma alguma, como se pretende mostrar adiante, o fato de a subjetividade ser permitida encerra todas as dimensões relevantes para o entendimento da dinâmica política da imprensa.

1.2 As novas relações com o leitor e a defesa do capitalismo

A hipótese central da pesquisa pode ser sintetizada como: o discurso político da grande imprensa escrita é autoritário e, ainda que com intensidades diferentes entre os veículos, busca cristalizar o conjunto de princípios e valores fundamentais para a reprodução e aprofundamento das relações capitalistas.

É importante ressaltar aqui que o termo autoritário não é utilizado no sentido político ordinário, embora guarde semelhanças com este. Na verdade, o termo é empregado unicamente no sentido do discurso, nos moldes de tipologia definidos por Eni Orlandi (Orlandi, 2002). Voltaremos aos tipos de discurso posteriormente, quando apresentarmos os procedimentos metodológicos. Por ora, basta salientar que, muito mais que um regime político que não permite oposição nem participação ampla, estamos nos referindo a um discurso, que, de maneira semelhante ao regime, se fecha nas suas próprias diretrizes, sem abrir espaço para a divergência, eliminando ou esvaziando possibilidades de confrontação.

É possível, desde já, abstrair também algumas hipóteses secundárias, tais como: 1 – A grande imprensa escrita assume e carrega consigo, ainda que com intensidade diferente, os mesmos posicionamentos ideológicos. 2 – A imprensa escrita é representativa da imprensa em geral. 3 – A mera separação e classificação de tipos textuais em objetivos e subjetivos não eliminam a subjetividade concreta, nem em um nem em outro, tendo em vista que a objetividade absoluta é impossível de ser alcançada. Muitas vezes, esta

objetividade não é nem perseguida enquanto ideal. 4 – O veículo, enquanto sujeito político, mantém algum nível de controle do processo produtivo. 5 – O espaço da objetividade foi ocupado por outros meios, mas isso não impossibilita a relação com o leitor. Contudo, a altera profundamente.

O relacionamento entre imprensa e capitalismo não é assunto novo. Em trabalho desbravador na pesquisa sobre comunicação brasileira, Ciro Marcondes Filho nos presenteou com uma análise sólida, minuciosa e consistente dessas relações, tanto do ponto de vista de sujeito histórico como de sujeito propagador de uma visão de mundo (MARCONDES, 1986). Ao analisar as relações com a publicidade e com as instâncias de poder da sociedade, o autor indica que o “jornalismo atua com grandes forças econômicas”, chegando a afirmar até mesmo que é “difícil pensar o capitalismo sem imprensa”.

“Embora observe-se uma capacidade muito pequena para que esses meios de comunicação realmente alterem opiniões consonantes com o status quo, não se pode negar que eles tenham papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classistas que são emitidas por seus veículos. A ideologia constrói-se todos os dias, e nessa permanente reconstrução o papel do jornal é o de um dos seus melhores artifícios” (MARCONDES, 1986, p. 24).

A posição de Marcondes é radical. Ele argumenta, em detalhes, que o jornalismo é até mesmo intrinsecamente vinculado ao capitalismo, sendo impossível imaginá-lo fora dele, tendo em vista que a notícia, como a conhecemos, guarda todas as características de uma mercadoria capitalista. Enfeitada, distorcida, fragmentada e manipulada de todas as formas, para depois ser colocada no mercado enlatada para consumo. Para ele, a informação bruta, objetiva, seria algo como o diário oficial. Nossa posição é mais moderada, no sentido de que nega a concepção que entende ser inato o vínculo entre jornalismo e capitalismo, ou mesmo automático.

Todavia, sem embargo, poderia se argumentar que a presente pesquisa pretende ao óbvio: Demonstrar que os grandes veículos de comunicação contemporâneos, integrantes de um complexo industrial-financeiro, ou seja, como capital, defendem o capitalismo. Mas tal questionamento é afastado

basicamente por três pontos: Primeiro, o foco da pesquisa não é realizar tal afirmação como esboçada acima. O interesse se concentra muito mais no processo do que no resultado. Muito mais no como, particularmente no discurso, a imprensa defende o capitalismo, do que no qual, ou seja, na verificação se de fato ela defende.

Segundo, esse fato, a defesa do capitalismo pela imprensa, não constitui tamanha obviedade consolidada para todos, uma verdade estabelecida no imaginário, a ponto de que possa se abrir mão, *ad eternum*, da sua demonstração empírica. Essa necessidade de insistir no que parece óbvio para muitos é ainda maior quando a temática está envolvida por todo um discurso de imparcialidade e equilíbrio jornalístico, ainda hoje sustentado publicamente pelos veículos e seus profissionais de alto escalão.

Por fim, ainda que esse fato esteja consolidado, ao menos em tese, de maneira alguma sua constatação implica no encerramento da temática. Pelo contrário, é a partir daí que uma série de implicações, discussões e questões se fazem necessários e se abrem para o pesquisador social. Trata-se de um ponto de partida, não de chegada. Embora não constitua o núcleo central da presente pesquisa, nela não se abrirá mão de, no momento certo, tentar desenvolver algumas dessas questões, sugerindo desdobramentos e, quem sabe, alternativas. Apenas para que se tenha em mente a complexidade e amplitude do assunto, esse longo trecho retirado do capítulo de introdução do livro de Marcondes Filho é oportuno:

“Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como ‘a verdade’. [...] um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.

Se a imprensa é livre, se é objetiva, se representa todos os setores da sociedade, essas são questões colocadas, antes de mais nada, não pelos grupos dominados, mas pelos próprios detentores do

poder, na medida em que se vêem ameaçados por outras informações que põem em risco seu monopólio, venham elas da base da sociedade ou de grupos adversários.

O fato de possuir jornais, denunciar fatos políticos e econômicos [...], é uma forma de amenizar o desequilíbrio real da distribuição de poder, pois, contra a voz da maioria dominada e despossuída da população [...] aparecem as vozes, em si reduzidas e poucas, mas excepcionalmente ampliadas e tornado genéricas, da imprensa. Por um lado, a voz abafada, sufocada, explosiva da esfera pública popular, que não encontra veículos seus para mostrar a “outra face da realidade” com a mesma ênfase de um jornal liberal diário ou de uma estação de TV monopolista de audiência; por outro, a voz tecnológica, sofisticada e falsa da esfera pública do poder, encobrindo, silenciando, negando a outra. Não fosse assim, a imprensa na sociedade capitalista não seria uma instituição-suporte [...] satisfaz tanto a necessidade de difusão pública e pseudo-social de alguns monopolistas de classe, que dela se utilizam para ‘representar’ a voz social, como a necessidade ideológica – portanto falsa – de ‘multiplicidade de opiniões’, quando, de fato, as únicas diversificadas que têm acesso aos grandes monopólios de comunicação são as dos próprios membros dos poderes a ela associados e dos que em torno dele circulam” (MARCONDES, 1986, p. 11-12).

Se evidenciada essa parcialidade dos posicionamentos políticos dos veículos, emerge a questão: Mas e o leitor? Estará perdido em meio ao debate (ou à falta dele) e excluído do acesso à informação de qualidade? Ora, um leitor da revista *Veja*, por exemplo, mesmo aquele que não está acostumado à discussão sobre objetividade jornalística, dificilmente deixará de perceber o enviesamento e o posicionamento do veículo, seja no editorial ou na cobertura. Por que ele continua, então, a ler a revista? Um dos pressupostos, que até certo ponto está em sintonia com as discussões contemporâneas sobre as transformações experimentadas pelo jornalismo, é o de que o espaço da informação bruta, direta, simples, rápida e mais objetiva já foi ocupado por outros meios. De fato, o que se vivencia é a *overdose* de informações e notícias, impulsionada pela velocidade dos novos meios. Muitos especialistas da Comunicação Social apontam a tendência da imprensa escrita de aprofundar a informação. Contextualizá-la. Inserir-la numa esfera mais ampla do

conjunto da realidade social e relacioná-la com outras informações. Tal tarefa, mais complexa, abre muito mais espaço para a manifestação da subjetividade. Mesmo escrevendo na década de 80, antes, portanto, do surgimento e popularização da Internet, Beltrão já alertava para esse processo:

“Depois da última guerra e em face da crescente popularização dos novos veículos audiovisuais de informação, observa-se, na política editorial dos jornais, a tendência para o jornalismo interpretativo, que não se limita aos aspectos superficiais do fato, à sua narração e descrição, mas explora suas causas e problemas básicos. [...] Como na exposição dos fatos interpretados o jornalista corre o risco de invadir o campo da opinião, as empresas traçam sua política editorial” (BELTRÃO, 1980, p. 38).

Ciro Marcondes também aponta esse movimento, ainda se referindo somente à presença da televisão:

“A concorrência com a televisão exigiu que o jornalismo impresso se especializasse nas formas opinativas e interpretativas, deixando a abordagem puramente informativa a cargo do jornalismo televisionado” (MARCONDES, 1986, p. 75).

Evidentemente, com a rede mundial de computadores, esse quadro foi potencializado ao extremo. Por parte do leitor, o que se deduz é que ele já conhece a notícia antes de ter acesso à revista ou a um jornal. O que ele deseja saber, então, é justamente que posicionamento assumir diante dela. Desse ponto de vista, ele não se incomodaria com o posicionamento do próprio veículo. A relação agora é outra. É de identidade política. Neste sentido, o leitor da *Veja* gosta da revista não porque esta lhe traz informações imparciais, mas porque ele encontra nela, ao menos parcialmente, o reforço, o espelho e a orientação de suas próprias crenças políticas. Ou então, pelo contrário, o leitor decide acompanhar a publicação visando justamente estar apto a confrontá-la na sua dimensão de adversária política. A importância de se conhecer com precisão os argumentos e teses contrárias, até para de maneira mais eficiente atacá-las, dificilmente seria negada por qualquer ator político. No mesmo

trecho, Beltrão concebe ainda uma nova dimensão, muito mais ativa e dinâmica, que estaria se consolidando entre os leitores:

“[...] o leitor reclama a informação, mas quer, também, que o jornal opine sobre os assuntos do momento. A elevação das tiragens dos quotidianos e a larga aceitação de revistas interpretativas, como Time, norte-americana, ou a nossa Veja, estão demonstrando uma evolução no leitor que, se não o torna capacitado plenamente a interpretar por si os fatos, já adquiriu suficiente discernimento para determinar quando um órgão da imprensa está procedendo injustamente” (BELTRÃO, 1980, p. 38).

Posteriormente, ao discorrer sobre como a sociedade contemporânea impõe aos indivíduos um cotidiano de ritmo alucinante, no qual não sobra tempo para absorver muitas informações, Beltrão volta ao assunto defendendo a escolha, por parte do leitor, de um veículo específico que mais lhe agrade. Entre os critérios de seleção, o autor não deixa de incluir a identidade política:

“[...] o leitor deverá escolher seu jornal, aquele que mais lhe agrade pela apresentação gráfica, pela tendência política, pela linha ideológica, pelo conteúdo informativo ou, simplesmente, por tradição familiar” (BELTRÃO, 1980, p. 93).

Parece claro que, diante dos aspectos de revolução tecnológica dos meios mencionados acima, elementos como apresentação gráfica, conteúdo informativo e até mesmo a tradição passam por alterações profundas, ficando no mínimo prejudicados diante dos aspectos que agora mais se ressaltam, a “tendência política e a linha ideológica”. Apesar disso, Beltrão não chega a discutir a questão da pluralidade política em sua essência. Na verdade, sua argumentação deixa implícito que o leitor dispõe de um leque variado de opções no “cardápio” político, por assim dizer. Todavia, caso nossa hipótese se mostre verdadeira, uma série de questões se apresentam, como já foi dito: O que acontece quando não há pluralidade? Quando, diante dessa dimensão de ator político, até ainda exista na imprensa alguma concorrência entre os veículos, mas não exista concorrência de posicionamentos políticos?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Observar como se manifesta os posicionamentos político-ideológicos da grande imprensa escrita brasileira nos seus editoriais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar por um período de quatorze dias o discurso do editorial dos maiores veículos da imprensa escrita brasileira, englobando tanto diários como semanais, sendo três veículos de cada (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Globo, Veja, IstoÉ e Época*).

- Observar as imagens das formações imaginárias do discurso, atentando para as relações de sentido e força presentes nele.

- Referenciar a argumentação do discurso ao arcabouço teórico do liberalismo, base pensante de sustentação do capitalismo, como formação discursiva dos veículos de comunicação analisados

- Observar as práticas de exclusão do discurso a outros efeitos de sentido que não se adequariam à continuidade histórica e política do sujeito, bem como à cristalização dos fundamentos que a viabilizam e a legitimam entre seus interlocutores.

- Atentar para variações no grau de intensidade com que se manifestam, mesmo pressupondo que todos os veículos terão posicionamentos semelhantes.

1.4 Metodologia

Como já explicitado anteriormente, a abordagem teórico-metodológica da pesquisa emergirá do campo da Análise de Discurso. Acredita-se que este método seja o instrumento que mais condições fornecem ao pesquisador para compreender os efeitos de sentido a partir do discurso. Originada na década de

60 sobre um tripé teórico pouco ortodoxo, trabalhando com elementos da linguística, do marxismo e da psicanálise, a Análise de Discurso constitui campo fértil para o trabalho proposto por uma série de razões. Cabe aqui enunciar algumas:

A AD assume que não há neutralidade na utilização dos signos. Portanto, todo discurso é político, ou seja, assume uma posição, uma intenção, a defesa ou o ataque a uma situação política. Nada mais propício para quem vai precisar trabalhar com estes posicionamentos políticos e ideológicos utilizá-la, então, para os identificar, sabendo que não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2002). Além disso, por sua própria configuração, a AD é aberta às ciências sociais, porque concebe o sujeito do discurso dentro das condições de produção, ou seja, na sua historicidade política. Desse ponto de vista, facilita a incorporação à análise de parte fundamental da pesquisa. No caso, o debate (ou a falta dele) existente entre o pensamento liberal e o socialista e as posições de poder identificadas com cada um.

A Análise de Discurso também entende que a linguagem é mediação necessária entre o homem e a realidade, podendo ser utilizada tanto para sua continuidade quanto para sua transformação. Nesse ponto, mais uma vez ela torna possível desnudar as posições políticas, porque se o sujeito está em posição de hegemonia ele pretende conservar a realidade como está e com essa finalidade utilizará a linguagem. Se há o processo de construção da realidade, constituição dos sujeitos em sua ideologia e identidade, há também o conflito (ou o seu disfarce e esquecimento) pela hegemonia dos efeitos desses sentidos, ainda que esses não possam ser totalmente previstos ou controlados.

A abordagem da análise do discurso utiliza uma série de categorias de pensamento que podem se revelar de extrema utilidade para a pesquisa. O **inter-texto**, por exemplo, e sua referência ao passado já dito, nos permite demonstrar tanto os esquecimentos e exclusões dos discursos como traçar relações com outros discursos. Isso será de fundamental importância tendo em vista o limite temporal da análise. Se contida no breve período de observação, pouco nos permitiria compreender sobre os processos de sentido. Dentro do contexto mais amplo, histórico, as referências ganham força e significância.

A **paráfrase**, outra ferramenta da análise do discurso, ocupa espaço central na pesquisa, pois se supõe que os processos de significação retornarão sempre, ou na maioria das vezes, aos mesmos espaços do dizer, já que as condições históricas e as posições políticas permanecem fundamentalmente inalteradas. Será a chance de observar a manifestação textual da continuidade histórica. Assim como o mecanismo da **antecipação**, onde o sujeito se coloca como interlocutor e regula a argumentação de acordo com o efeito pensado para ele. A compreensão da utilização desse mecanismo será útil para identificar possíveis deslocamentos de posição e referências a quadros de imagem até mesmo conflituosos, quem sabe através de **metáforas** (outra ferramenta da análise do discurso), mas limitados à tentativa de cooptação do interlocutor, ou seja, sem a abertura para a **polissemia**, para os efeitos de sentidos de ruptura.

Assim sendo, a análise do discurso trabalha com a noção de que o sentido em si não existe, mas é determinado pelas posições ideológicas no contexto sócio-histórico. Quer dizer, as palavras mudam de sentido de acordo com a posição daqueles que as empregam. Também essa idéia será bem-vinda na hora de identificar as imagens referentes a cada argumentação e a correlação de forças existente na atribuição desses sentidos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 As características do editorial e o quadro teórico do liberalismo

Em tempo, uma importante consideração precisa ser feita. Como a própria base teórica da Análise do Discurso pressupõe, não há sujeito sem ideologia. E não há discurso neutro. Não haveria razão, portanto, para deixar de fora desse cenário o pesquisador. Seria, no mínimo, contraditório e incoerente. Todavia, assumir a postura honesta de que ele também carrega um conjunto de valores e entendimentos sobre o mundo que o cerca, conjunto esse que fornece os contornos sobre os quais o discurso é lido e apreendido, significa inviabilizar uma análise consistente? Que autoridade restaria ao pesquisador como juiz do discurso de outrem sendo que ele mesmo é sujeito reprodutor ideológico? Quem sabe, de forma tão ou até mais autoritária que os veículos que pretende analisar?

Mas desviar desse obstáculo não é impossível. Aqui, tal procedimento será feito de forma bem clara e definida. Construindo um quadro teórico sólido e delimitado do que se denominará liberalismo. Quadro esse constituído por elementos concretos que podem servir de base para a análise de quem se propuser a semelhante tarefa, de forma a eliminar, ou ao menos reduzir significativamente, possibilidades de interpretações excessivamente subjetivas. Somente procedendo de tal maneira acredita-se que será possível estabelecer um terreno comum e acessível de instrumental de análise. Logo em seguida, será apresentada uma breve descrição sobre as características do objeto de estudo, o editorial, e se argumentará porque sua escolha se encaixa perfeitamente no intuito de estabelecer uma relação de referência com o conjunto de princípios e valores que formam o liberalismo, enquanto base teórica do modelo capitalista.

Não se trata aqui de fazer uma reconstituição do movimento político e social da maneira como se manifestou na realidade histórica. Não serão discutidas as fundações do pensamento no constitucionalismo e nos pensadores que impulsionaram a revolução francesa. Tampouco será

analisado o triunfante retorno observado após a falência do Estado de Bem-Estar Social em muitos países e a promoção de reformas orientadas para o mercado que tiveram seu início comandado por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e por Margaret Thatcher, no Reino Unido, ambos na década de 80, de onde se espalharam para praticamente o mundo inteiro nos anos seguintes, patrocinadas por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Devemos nos concentrar apenas nos elementos teóricos que definem o quadro mais amplo do liberalismo, que, de forma direta, podem ser resumidos nas premissas abaixo, utilizando como referências dois dos maiores nomes da teoria liberal recente, o norte-americano Milton Friedman e o austríaco Friedrich Hayek, ambos vencedores do prêmio Nobel de economia:

. O mercado é o melhor mecanismo alocador dos recursos existentes na sociedade, tendo em vista que sempre tenderá ao equilíbrio entre oferta e demanda. Isso implica em outros dois pontos fundamentais: A melhor forma de se buscar o bem comum é deixar que cada indivíduo busque no mercado a melhor forma de realizar, por seu próprio mérito, seus interesses pessoais. Procedendo de tal maneira, ele contribuirá para alcançar o equilíbrio da oferta e demanda, que é o ponto ideal de justiça da distribuição dos recursos existentes. A intervenção do Estado deve ser limitada à proteção da propriedade privada, à proteção contra ameaças externas, à defesa da concorrência e à manutenção da ordem e do cumprimento dos contratos. Em alguns casos, é aceitável também que atue em áreas em que não haja absolutamente nenhum interesse da iniciativa privada.

“Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além desta função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo” (FRIEDMAN, 1977, p.12).

. A redução da intervenção do Estado é promovida basicamente através do tripé liberalização-privatização-desregulamentação, medidas que visam a deixar as forças do mercado atuarem livremente.

Por consequência das premissas mais fundamentais esboçadas acima, podemos abstrair também que:

. A organização privada é mais eficiente, dinâmica e inovadora do que a pública (Estado), portanto superior, tendo em vista que ela assim deve se organizar a fim de que obtenha vantagens no mercado, atendendo às demandas dos consumidores e ampliando sua participação nele conquistando-os da concorrência. O Estado, ineficiente e em constante crise fiscal, deve buscar se assemelhar ao mercado no que for possível. Aponta Hayek:

“Somente depois que a liberdade industrial permitiu o livre uso dos novos conhecimentos, somente depois que se tornou possível fazer qualquer tentativa desde que fosse encontrado alguém que a apoiasse por própria conta e risco – e isto, cumpre acrescentar, ocorreu muito mais freqüentemente fora da ação das autoridades a quem estava oficialmente confiado o cultivo do saber – somente então é que a ciência deu os grandes passos que nos últimos cento e cinqüenta anos mudaram a face do mundo” (HAYEK, 1977, p. 16-17).

Também sobre a superioridade do mercado e o mapeamento do perímetro desejável para a atuação do Estado, sob um outro ponto de vista, Friedman completa:

“O uso dos canais políticos, embora inevitável, tende a exigir muito da coesão social, essencial a toda sociedade estável. A exigência é menor se a concordância para a ação conjunta precisa ser alcançada somente para um número limitado de questões sobre as quais as pessoas de qualquer forma têm pontos de vista comuns. O aumento do número de questões, para as quais é necessária uma concordância explícita, sobrecarrega demais os fios delicados que mantêm uma sociedade coesa. Se a coisa chegar a questões nas quais os homens estão profundamente envolvidos, mas de pontos de vista diferentes, pode ocorrer o rompimento da sociedade. Diferenças fundamentais sobre valores básicos quase nunca, ou nunca mesmo, podem vir resolvidas nas urnas; [...]

O uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar a conformidade desnecessária com respeito a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, maior a probabilidade de obter concordância e manter uma sociedade livre” (FRIEDMAN, 1977, p. 31).

. O indivíduo, que atua no mercado, é a unidade primeira e última unidade de análise. A sociedade nada mais é do que o conjunto de indivíduos. Ele é sujeito de direito, ele é motor da história. Escreve Hayek:

“Talvez o resultado mais importante da libertação das energias individuais seja o maravilhoso desenvolvimento da ciência que acompanhou a marcha da liberdade individual” (HAYEK, 1997, p. 16).

. A igualdade material não é desejável, pois indivíduos são naturalmente diferentes, e devem obter benefícios sociais de acordo com o que são capazes de oferecer e conquistar no mercado. O que deve existir é a igualdade de oportunidades. Deve-se buscar, acima de tudo, a liberdade econômica, que é também garantia da liberdade política. Segue Hayek:

“O efeito de maior significação e alcance deste sucesso (do liberalismo) será, no futuro, muito provavelmente, a nova consciência de poder sobre o próprio destino, a convicção de que existem infinitas possibilidades de melhorar a própria sorte” (HAYEK, 1977, p. 17).

. O desenvolvimento econômico é o crescimento da produção e a modernização capitalista.

De maneira geral, Friedman resume alguns dos pontos principais enquanto explicita sua visão peculiar do processo histórico que consolidou o liberalismo:

“Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como o objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o *laissez-faire* internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente” (FRIEDMAN, 1977, p. 14).

Estes são os contornos gerais do liberalismo, ao menos de acordo com dois de seus maiores defensores. Serão estes os elementos que buscaremos nos discursos editoriais dos veículos de comunicação observados. É importante ressaltar também que as fraquezas e contradições do construto liberal não são desconhecidas. Pelo contrário, supõe-se que elas são devidamente incorporadas e aceitas pelos sujeitos que dele se servem e o reproduzem. Nesse sentido, a crítica de vertente marxista que teoriza o Estado não como uma espécie de obstáculo ao capitalismo, mas sim como elemento fundamental de seu funcionamento, ainda que pertinente, simplesmente não faz parte do contexto discursivo do sujeito que é objeto da pesquisa, ao menos não no nível que se pretende observar.

Cabe agora discutir quais os papéis específicos exercidos pelo nosso objeto de estudo e no que eles podem se revelar úteis para nossa análise. Luiz Beltrão concebe o editorial como sendo uma das três categorias de opinião que se encontra num jornal (BELTRÃO, 1980, p. 19). De acordo com a divisão do autor, existe a opinião do jornalista, encontrada em artigos, comentários, colunas e similares; a opinião do leitor, encontrada basicamente nas correspondências enviadas ao veículo e publicadas por ele; e a opinião do editor. Beltrão traça uma série de atributos para o editorial (BELTRÃO, 1980, p. 52-58), tais como a impersonalidade, a topicalidade, a condensabilidade e a plasticidade. Ele também desenvolve uma série de possíveis classificações para o editorial de acordo com seus elementos.

Não interessa aqui as tipologias de Beltrão. Como será detalhado posteriormente, para classificar nossa base de dados vamos utilizar a tipologia do arcabouço teórico da Análise do Discurso, da maneira como foi formulada por Eni Orlandi (ORLANDI, 2002). Essencialmente, devemos atentar para as

observações de Beltrão no que dizem respeito à função exercida pelo editorial em um veículo de comunicação:

“É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum.

O editorial é a voz do jornal, sua tribuna [...] o jornal é um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública” (BELTRÃO, 1980, 51-52).

Ora, se o que se pretende é observar como se manifestam os posicionamentos político-ideológicos da grande imprensa escrita brasileira, que melhor local e momento para fazê-lo do que quando ela sobe na sua tribuna, seu palanque, para defender estes posicionamentos diante da opinião pública, e mais, com a intenção aberta, como diz Beltrão, de “orientar o pensamento social para ação do bem comum”, que, nesse momento, parece se confundir com os interesses ligados “à existência e desenvolvimento” econômico da empresa jornalística? Não há meio mais propício. Trata-se de um canal direto, uma janela reveladora, ao que pensa e considera o “grupo proprietário e administrador” do veículo.

Evidentemente, há sempre a possibilidade de que, ao invés do que se esboçou acima, os veículos utilizem seus editoriais para outros fins. Devemos estar atentos para verificar se tal fenômeno ocorre nos casos observados. Contudo, confia-se na construção de Beltrão, e acredita-se que, em última instância, o veículo não utilizaria seu espaço nobre, ainda que às vezes ignorado pelo leitor, para argumentar contra seus próprios interesses. É com essa perspectiva que passamos agora à análise dos editoriais.

2.2 A base de dados: Os editoriais de cada veículo

O conjunto dos editoriais que aqui será analisado compreende os textos publicados, como já comentado, nos três jornais diários de maior circulação do

país, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, e nas três revistas semanais também de maior circulação, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. Poderia se questionar, tendo em vista que a observação de posicionamentos ideológicos em discursos constitui um dos elementos centrais da pesquisa, porque não outro critério, como o da pluralidade, não foi escolhido.

Dentro dessa perspectiva, outras publicações notoriamente mais afastadas dos postulados liberais enriqueceriam a base de dados através principalmente de visões contrastantes. Seria o caso de verificar, por exemplo, se isso se mostraria verdadeiro em relação a revistas como *Carta Capital* ou *Caros Amigos*. No entanto, acredita-se que o critério da circulação é mais relevante, na medida em que é um indicativo mais fiel do peso e do impacto das publicações na formação de opiniões públicas e percepções de mundo, simplesmente porque atingem um maior número de indivíduos. É evidente que se trata de uma simplificação. Um indivíduo, por diversos fatores que não cabe aqui discutir, pode potencializar socialmente determinada percepção de mundo de forma muito mais intensa do que um conjunto de indivíduos. Mas como qualquer forma de mensuração desse tipo de fenômeno foge do escopo da presente pesquisa, o critério da circulação se mantém como o mais adequado.

Primeiramente, foi definido um recorte temporal de duas semanas para a coleta de dados. Posteriormente, a coleta se deu entre os dias 19 de agosto de 2007 e 1 de setembro de 2007, incluindo os dias citados. Ambas as decisões obedeceram a caráter essencialmente arbitrário e foram tomadas em virtude do tempo hábil disponível tanto para a coleta quanto para o prazo em que deveria ganhar forma a pesquisa. Nesse sentido, entendeu-se que o prazo de uma semana, por exemplo, seria excessivamente restrito para a realização da análise, tanto pela base limitada de dados quanto por eventual monotemática que poderia dominar os editoriais se nos restringíssemos à tão curto período de coleta. Ambos os problemas persistem de alguma forma mesmo com o prazo ampliado de duas semanas. Mas sem dúvida são amenizados significativamente.

Da mesma forma, como mencionado anteriormente, um prazo maior, de três semanas, por exemplo, embora desejável, estava impossibilitado pelos limites tanto de tempo quanto de espaço destinados à pesquisa. Raciocínio semelhante pode ser aplicado à decisão procedimental de restringir à análise

aos seis veículos escolhidos, embora dificilmente alguém argumentaria que, juntos, eles não formam os elementos mais centrais e as peças de maior efeito da imprensa escrita brasileira.

Sendo assim, antes de passarmos à descrição de questões metodológicas do processo de análise e à análise em si, faremos uma breve exposição técnica da base dados, a fim de que o leitor mais desavisado possa começar a visualizá-la com mais clareza e o mais experiente possa perceber se de alguma forma esse tipo de informação exerce alguma influência nos processos mais amplos de significação propostos aqui ou mesmo se são reflexos dele.

- Veja

Na revista semanal da editora Abril, o editorial assume a nomenclatura de “Carta ao leitor”, definição muito mais propícia ao sentido que assumimos aqui para o editorial, como uma espécie de manifesto semanal aos seus leitores, para não dizer militantes, carregando certo elemento de cumplicidade. A seção ocupa espaço relativamente destacado. Sempre metade vertical de uma página, dividindo espaço na mesma página com um anúncio de igual tamanho. Na página ao lado, índice e fotos ilustrando assuntos de destaque da edição. Diferentemente do que se vê na maioria dos jornais diários, não existe a aproximação com outras seções de opinião. A *Veja* prefere assim distribuir a opinião de jornalistas e especialistas ao longo da revista. Esse é um movimento de impacto duplo. Primeiro, torna mais opinativa a publicação como um todo, já que não é preciso folhear por muitas páginas nem por muitos temas para que se encontre uma opinião, e segundo confere ao editorial espaço de centralidade, tornando-o maior, mais importante, mais urgente do que as outras opiniões.

- IstoÉ

Na revista *IstoÉ*, claramente o editorial assume um papel menos central na publicação como um todo. Embora nela ocupe espaço físico semelhante à revista *Veja* e ganhe o nome efetivo de editorial, o esvaziamento de sua força, ao menos no sentido que procuramos aqui observar, começa no fato de que o editorial é assinado, o que lhe confere um caráter mais pessoal ao texto. Não que o diretor editorial da revista não saiba delimitar e reproduzir com precisão o discurso do grupo político e econômico Istoé. Mas é inegável que a assinatura

humaniza o texto e o remete à redação, não à sala da presidência ou de reuniões de acionistas. Além disso, o editorial somente aparece após uma extensa entrevista com uma personalidade e até mesmo das cartas dos leitores.

- Época

Na revista semanal das organizações Globo, o editorial, a exemplo da *Istoé*, também é assinado, o que implica nas tendências mencionadas acima. De fato, elas são ainda mais realçadas, tendo em vista que a revista nomeia como “Da redação” seu editorial e ainda é a única que não o posiciona dividindo espaço com o índice, mas sim com as cartas de leitores, que contam com espaço bem mais generoso nas páginas da publicação.

- Folha de S. Paulo

A Folha é o único jornal diário que nomeia seu editorial como tal. Na verdade, seus editoriais. A publicação traz dois textos sobre assuntos diferenciados, expostos logo na página 2. Em termos metodológicos, nos restringimos a analisar, nesse e em outros casos, somente o primeiro editorial, posicionado mais acima, maior e com título de mais destaque. Os textos estão inseridos no contexto do espaço mais amplo que a Folha abre para a opinião, dividindo sua página com artigos e comentários de jornalistas e especialistas, embora seja o único diário que coloque o editorial em posição de primazia.

- O Estado de São Paulo

O Estadão, como é conhecido, nomeia seu editorial como “Notas e Informações” e o fragmenta em três textos sobre assuntos distintos, divididos em espaços aproximadamente iguais. Embora isso possibilite ao jornal dedicar mais centímetros à seus editoriais, eles aparecem apenas depois de dois longos artigos de especialistas, consideravelmente maiores que cada terço, digamos assim, do editorial.

- O Globo

A exemplo da *Folha de S. Paulo*, *O Globo* divide seu editorial em dois espaços, um maior do que o outro, onde são tratados assuntos distintos. Contudo, os textos, que assumem o singelo nome de “Opinião”, dividem espaço, em clara desvantagem, com textos de cartas dos leitores e aparecem somente depois de extenso artigo da então comentarista política do grupo, Tereza Cruvinel. Dessa forma, também assume posição discreta no conjunto

do material opinativo do jornal. Eventualmente, O Globo promove alterações na estrutura dos seus editoriais, basicamente transformando um deles em artigo. Ao invés de dois assuntos diferentes, o veículo aborda o mesmo, sendo que um a partir de sua visão, com a denominação de “Nossa Opinião”, e outro com a opinião, não necessariamente concorrente, de um especialista ou figura de destaque, denominada “Outra Opinião”.

Dessa análise técnica inicial poderíamos concluir que os veículos, com exceção da Veja e até certo ponto da Folha de São Paulo, estariam esvaziando essa parte de seu conteúdo opinativo, o que, em tese, iria de encontro às argumentações desenvolvidas sobre a importância do editorial para o sujeito imprensa. Todavia, algumas considerações sobre essa hipótese precisam ser levadas em conta.

Primeiro, é possível, com efeito, que se baseando em sondagens indicativas de que o editorial é um dos produtos menos observados entre leitores de jornais e revistas, os veículos tenham aos poucos lhe atribuído cada vez menos importância. Se assim o for, é possível argumentar que o editorial talvez não constitua a preferência de leitura daquele antigo leitor de jornal, que sistematicamente os veículos impressos têm perdido para os novos meios e que formam o epicentro da crise moderna da imprensa escrita. Os novos leitores, como argumentamos anteriormente, sob impacto dos novos meios, tenderiam cada vez mais a procurar o editorial e outros conteúdos opinativos da publicação. Nesse sentido, seria nada mais que um erro estratégico dos veículos a redução da importância atribuída a esse conteúdo.

Além disso, devemos considerar ainda a possibilidade de um segundo comportamento. É possível que os veículos reconheçam positivamente a importância do editorial, mas que tentem camuflá-lo, dado sua própria natureza, com receio de explicitarem demasiadamente suas posições e assustarem o leitor ou mesmo fornecerem armas aos adversários políticos. Pode se tratar de uma atitude deliberada, a fim de que se amplie à capacidade de persuasão da comunicação. Esse tipo de interpretação há muito tempo não é estranha à psicologia social.

“Credibilidade e competência do comunicador são (...) duas características importantes para a obtenção de uma comunicação

persuasiva eficaz. Se o receptor percebe o comunicador competente, porém o percebe também como interessado em dizer o que está apregoando, esta última percepção gerará suspeitas e desconfiança da sinceridade do comunicador, diminuindo a eficácia da tentativa de persuasão” (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 2005, p. 131).

Ao menos no primeiro aspecto, sob o ponto de vista sustentado aqui, também incorreria em erro estratégico por parte dos veículos essa tentativa de ocultamento, tendo em vista que os novos leitores não estariam mais em busca daquela imparcialidade e objetividade jornalísticas ideais, mas sim dos posicionamentos e interpretações sobre o cenário político que os envolve. A identificação empírica de possíveis outras razões para esse ocultamento pode, no futuro, ser objeto de uma pesquisa que utilize instrumentos como entrevistas em profundidade com editores ou chefes de redação, por exemplo.

2.2.1 Procedimentos de análise da base de dados

As etapas observadas no processo de análise dos dados são simples, e se dividem basicamente em dois grandes momentos. Num primeiro instante, a fim de facilitar a visualização e fornecer o panorama mais amplo dos resultados, um quadro contendo informações básicas sobre os editoriais, além de sua classificação fundamental enquanto discurso, foi montado levando em conta os seguintes aspectos: Veículo, título do editorial, data, assunto e tipologia discursiva.

A questão da tipologia discursiva necessita de maiores explicações. Eni Orlandi classifica os discursos em três categorias fundamentais (ORLANDI, 2002): O discurso autoritário, no qual a polissemia, ou seja, os sentidos de ruptura e de não adequação à determinada formação discursiva, entendida, nas palavras da autora, o “que numa formação ideológica dada a partir de uma posição numa conjuntura sócio-histórica determina o que pode e deve ser dito”, é totalmente contida, excluída, ignorada ou mesmo negada. Explica Orlandi:

“(...) aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo” (ORLANDI, 2002, p. 86).

No nosso caso, a formação discursiva que procuraremos é a do conjunto de princípios que formam o liberalismo, determinada pela posição sócio-histórica dos veículos enquanto capitais integrantes de um complexo financeiro-industrial. Mas a autora traça também um nível de discurso intermediário, onde existe uma disputa mais ou menos acirrada pelos sentidos do discurso, o polêmico. Uma espécie de abertura, dentro de limites políticos, para sentidos conflituosos à formação discursiva do interlocutor:

“Aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos” (ORLANDI, 2002, p. 86).

Por fim, Orlandi completa seu quadro tipológico com o discurso lúdico. Vejamos suas características:

“Aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos” (ORLANDI, 2002, p.86).

Nesse sentido, um discurso lúdico no nosso contexto de análise seria aquele em que aparecessem claramente sentidos de ruptura com a formação liberal e o cenário capitalista, onde visões e posicionamentos contrários, no caso de inspiração socialista, ganhassem forma livre, aberta, em que os sentidos não fossem “regulados” pela formação discursiva do sujeito histórico imprensa. Não é de forma alguma má vontade esperar que não encontremos nenhum discurso de tal tipo na nossa base de dados, até porque não pretendemos realizar aqui nenhuma espécie de juízo de valor sobre os tipos de discurso, apenas analisar seu funcionamento e apontar possíveis desdobramentos. Como a própria Orlandi explica:

“(...) é preciso acrescentar que uma sociedade como a nossa, pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento” (ORLANDI, 2002, p. 87).

Para aqueles mais familiarizados com as páginas opinativas dos veículos analisados, não deixa de ser razoável supor que, mesmo que o discurso editorial da grande imprensa se mostre majoritariamente autoritário, discursos polêmicos e quem sabe até mesmo lúdicos encontram espaços na opinião manifesta de comentaristas e articulistas do próprio veículo. Isso é verdade principalmente para alguns veículos mais que outros. No entanto, por mais importante que a princípio pareça tal perspectiva, essa relação entre o discurso do sujeito e ator político-histórico imprensa e seus colaboradores foge do alcance do objeto dessa pesquisa.

Apesar da opção de trabalhar com a tipologia desenvolvida por Orlandi, uma das preocupações já mencionadas da pesquisa diz respeito à questão da intensidade. Além de inserirmos o discurso da imprensa em um grande campo teórico e político, pretendemos também mensurar intensidades dessa inserção. Matizes, graus de adesão à formação discursiva que, em tese, é a mesma para todos os veículos analisados. Nesses sentido, decidimos, a fim de enriquecer e capacitar o instrumental de análise para esse objetivo, dividir a classificação de discurso autoritário, que acredita-se será o mais observado, em dois outros tipos que passam a constituí-lo: O discurso levemente/moderadamente autoritário e o pesadamente autoritário.

Na primeira tipologia, classificaremos discursos que fazem referências curtas, limitadas, marginais à formação discursiva liberal. Que não abrem espaço para sentidos polissêmicos, mas que também não fazem dos sentidos como um todo uma defesa intransigente, prolongada e constante do liberalismo. Aos que assim procederem, e se encaixarem perfeitamente, em termos de tendência observada, no conjunto de princípios que definimos como norteador dos postulados liberais, classificaremos como pesadamente

autoritário. Essa medida, de caráter operacional, de forma alguma vai contra a elaboração de Orlandi sobre a natureza dos discursos. Como ela própria admite:

(...) não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico. O que há são misturas, articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário (ORLANDI, 2002, p. 87).

Por fim, após cada quadro classificatório dos editoriais, entraremos com mais exatidão e clareza na análise dos discursos manifestados, veículo por veículo, efetivamente observando os elementos que o constituem.

2.3 Análise dos dados

QUADRO CLASSIFICATÓRIO DOS EDITORIAIS DA REVISTA VEJA

VEJA	TÍTULO	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
DATA: 22/08/07	Um Brasil mais forte	Economia Brasileira	Pesadamente Autoritário
DATA: 29/08/07	Falta uma porta	Programa Bolsa-Família	Polêmico

Embora muitos pudessem esperar da revista *Veja* somente discursos de natureza pesadamente autoritária, ao menos no período analisado a revista semanal, ao discutir o programa Bolsa-Família, faz uma série de concessões e elogios, ainda que pontuais, mas que expressam sentidos divergentes da formação discursiva liberal. E dificilmente qualquer discurso que trate do programa do governo federal que não seja um ataque aberto a ele deixará de fazê-lo. Isso porque, em seu âmago, o programa contraria uma dos postulados mais fundamentais do liberalismo, a da negação do papel do Estado enquanto distribuidor de renda.

Evidentemente, trata-se de uma simplificação forçada, tendo em vista que instituições pilares da estrutura capitalista mundial, como o Fundo

Monetário Internacional e o Banco Mundial, são hoje defensores desse tipo de iniciativa, ainda que com o viés de amenizar conflitos sociais que poderiam colocar o sistema como um todo em cheque. Mas programas como esses definitivamente não se encaixam no quadro teórico inicial de Hayek ou Friedman, e resta-nos reconhecer que a *Veja* classifica o programa como “bem-sucedido”, responsável pela “melhora nas condições sanitárias e de saúde dos brasileiros mais pobres”, e restando “pouca dúvida de que ajuda quem realmente precisa”.

Mesmo assim, esses sentidos polissêmicos são claramente controlados e alocados para um segundo plano, e as críticas ao programa passam fortemente pela formação discursiva liberal. A *Veja* questiona o custo do programa para o Estado brasileiro, defende que ele somente obterá sucesso quando se “destravarem as amarras fiscais, legais e burocráticas ao crescimento econômico acelerado da economia brasileira”, ao mesmo tempo defendendo a desregulamentação e liberalização da iniciativa privada das amarras do Estado e associando desenvolvimento econômico ao crescimento do capital. E, por fim, realçando a idéia de que a todos no capitalismo é dada a chance de “vencer”, concluindo o editorial do dia 29/08 da seguinte forma: “(...) de modo que eles, orgulhosamente, possam independer da doação mensal com a conquista de um emprego ou a abertura de um pequeno negócio”.

No editorial publicado no dia 22/08/07, não há sentidos divergentes. De fato, o texto deixa claro a posição do editorial como posição política do grupo econômico, utilizando até mesmo uma longa citação de ninguém menos do que o presidente da Abril, e segue numa defesa aberta do capitalismo, sem a mínima abertura para vozes dissonantes: “(...)pela própria natureza da economia de mercado, não há motivo para pânico. As crises do capitalismo trazem em si o germe da própria recuperação. Elas derrubam os preços (...) até o ponto em que comprá-los se torna atraente de novo e o ciclo recomeça em sentido positivo”. Após a defesa do mercado como alocador de recursos que tende ao equilíbrio justo, a argumentação segue exigindo avanços de liberalização: “(...) o Brasil precisa fazer rapidamente as reformas trabalhista, tributária e previdenciária”, que teriam como objetivo desregulamentar ainda mais as relações de trabalho, reduzir o peso do Estado na economia e

transferir recursos da esfera pública para a privada, respectivamente. A *Veja* classifica as reformas como “óbvias”, embora não se prenda muito a explicar suas vantagens, anulando assim qualquer possibilidade de contestação.

QUADRO CLASSIFICATÓRIO DOS EDITORIAIS DA REVISTA ISTOÉ

ISTOÉ	TÍTULO	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
DATA: 22/08/07	O trem da alegria chegou	Estado	Pesadamente autoritário
DATA: 29/08/07	A enfermidade da saúde	Saúde	Levemente autoritário

Em ambos os editoriais analisados, a revista não hesita em atacar a ineficiência do Estado, mais do que a do governo, e defender sua sensível redução, embora em intensidades diferentes, enquanto inexistem concessões a argumentos divergentes. Encontramos trechos como “A sucessão de contratações na esfera pública não pára de avançar, provocando um gigantismo no corpo da burocracia estatal que será difícil de administrar. Por um lado, o modelo de aumento dos quadros de servidores está em total desacordo com a idéia de diminuição do Estado”, embora o texto prefira excluir o leitor do conhecimento sobre a origem dessa idéia ou mesmo seus postulados e implicações principais e o porquê da sua correção. A *IstoÉ* também associa a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) à necessidade de sustentar o funcionalismo público, embora novamente a revista não sustente isso com fatos, mas sim a partir da sua peculiar formação discursiva.

QUADRO CLASSIFICATÓRIO DOS EDITORIAIS DA REVISTA
ÉPOCA

ÉPOCA	TÍTULO	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
DATA: 20/08/07	O mito da reforma agrária	Reforma Agrária	Levemente autoritário
DATA: 27/08/07	As melhores para trabalhar	Emprego	Levemente autoritário

No editorial sobre a reforma agrária, a revista das organizações Globo faz uma defesa da grande propriedade no campo e da sua inserção no “mundo globalizado”. O editorial silencia, por exemplo, sobre qualidades e vantagens da pequena propriedade que não sejam relativas à exportação e sobre o fechamento de economias centrais para os produtos agrícolas brasileiros. No editorial sobre o emprego, prossegue a defesa das empresas e da propriedade privada, desde que com um bom departamento de recursos humanos, como meio de elevar o nível de “satisfação pessoal” e alcançar o “futuro do Brasil”, silenciando, entre outras coisas, sobre o processo de precarização das relações de trabalho, taxas de desemprego e sub-emprego ou mesmo sobre o crescente peso da informalidade na economia brasileira.

QUADRO CLASSIFICATÓRIO DOS EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA
DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO	TÍTULO	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
DATA: 19/08/07	Estagnação	Cenário Político	Polêmico
DATA: 20/08/07	Planos e mais planos	Segurança Pública	Polêmico
DATA: 21/08/07	No fio da navalha	Economia Mundial	Polêmico
DATA: 22/08/07	A obrigação de julgar	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 23/08/07	Carga insuportável	Carga tributária	Levemente autoritário
DATA: 24/08/07	Reta final	Caso Renan Calheiros	Polêmico
DATA: 25/08/07	Colóquio na corte	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 26/08/07	Ajuda e emancipação	Programa Bolsa-Família	Polêmico
DATA: 27/08/07	A nota e o déficit	Economia brasileira	Polêmico
DATA: 28/08/07	Tudo pela sociedade	Estado	Polêmico
DATA: 29/08/07	Todos processados	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 30/08/07	A fase das provas	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 31/08/07	Avanço vegetativo	Desigualdade social	Polêmico
DATA: 01/09/07	Segunda Chance	Emprego	Polêmico

A análise dos editoriais da Folha de São Paulo implicou, em certa medida, num pequeno revés para a hipótese central da pesquisa. Dos 14

editoriais analisados, apenas um se mostrou, e em pequena medida, autoritário no sentido trabalhado aqui. Ao invés de, como os outros veículos, utilizar o espaço do editorial como palanque constante na defesa dos postulados liberais, os editoriais da Folha se mostraram balanceados, apresentando sempre pontos de vista e argumentos dos atores citados no texto, num constante diálogo, pressupondo interlocutores ativos e participativos, mesmo quando se trabalhavam temáticas que configuravam verdadeira oportunidade de ouro para a reprodução da formação discursiva liberal, como a economia brasileira e mundial, o Estado, emprego e o programa bolsa-família.

Assim, no dia 21 de agosto, a Folha questiona a liberalização do capital na crise do mercado financeiro e defende uma série de intervenções do Banco Central norte-americano, órgão do Estado, ainda que seja para resguardar os capitais. Da mesma forma, no dia 27 de agosto, o jornal volta a defender a ação do Estado, mais especificamente “um aumento sustentado dos investimentos públicos”, embora como pano de fundo argumente favoravelmente à inserção brasileira no mercado global de capitais. No dia seguinte, 28, critica o aparelhamento do Estado pelo governo. Deve-se notar que é uma crítica à ato de governo, e não à instituição Estado. Finalmente, no dia 31 de agosto, tratando do tema da desigualdade e redução da pobreza, o editorial da Folha trabalha com um conceito mais amplo de desenvolvimento, para além da modernização e crescimento do capital, classifica como “positiva” os dados de diminuição da pobreza extrema, denuncia que “a desigualdade, embora se reduza lenta e vegetativamente, ainda produz cifras acabrunhantes”, e defende que “a dívida social mal começou a ser saldada”.

No seu único editorial levemente autoritário, o jornal associa a redução do peso do Estado na economia, através da redução da carga tributária, a um crescimento econômico da iniciativa privada, excluindo os sentidos potencialmente divergentes, como, por exemplo, o que é feito com a arrecadação desses impostos e a sua importância para outras parcelas da sociedade.

E assim a Folha segue, servindo-se de sentidos polissêmicos, mas dentro de uma margem controlada que não coloca em questionamento mais profundo o sistema como um todo.

QUADRO CLASSIFICATÓRIO DOS EDITORIAIS DO JORNAL O
ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO	TÍTULO	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
DATA: 19/08/07	Consolidando a ditadura	Venezuela	Pesadamente autoritário
DATA: 20/08/07	A implosão do mérito	Estado	Levemente autoritário
DATA: 21/08/07	O planalto diante do supremo	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 22/08/07	Ação civil acossa quadrilha	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 23/08/07	O Brasil do Bolsa-Família	Programa Bolsa-Família	Polêmico
DATA: 24/08/07	Um passo para mudar a Anac	Crise Aérea	Polêmico
DATA: 25/08/07	A imprensa fez a coisa certa	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 26/08/07	Omissão Criminosa	Crise Aérea	Polêmico
DATA: 27/08/07	A força de um Estado enxuto	Estado	Pesadamente autoritário
DATA: 28/08/07	O presidente tranqüilo	Governo Lula	Pesadamente Autoritário
DATA: 29/08/07	Congresso do PT – em má hora	PT	Pesadamente Autoritário
DATA: 30/08/07	Nunca antes neste país	Governo Lula	Levemente Autoritário
DATA: 31/08/07	Preso na própria armadilha	Governo Lula	Polêmico
DATA: 01/09/07	O decoro perdido no Senado	Caso Renan Calheiros	Polêmico

Nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* observados no período, constatou-se um relativo equilíbrio entre discursos autoritários e polêmicos, com ligeira vantagem para o segundo tipo. Dos 14 analisados, seis se enquadraram na primeira classificação e oito na segunda. Assim, a publicação assumiu de forma muito mais clara que a Folha de São Paulo sua formação discursiva, embora ainda tenha prevalecido por pequena margem discursos jornalísticos que podem ser considerados balanceados.

Encontramos em alguns discursos analisados elementos polissêmicos, ainda que sempre controlados e limitados a pontos específicos. No dia 23 de agosto, por exemplo, o jornal concede elogios ao programa Bolsa-família, e, mais, aponta quão irrisória é a contribuição do programa federal diante do quadro de miséria e pobreza profunda em que se encontram muitos brasileiros. Ou seja, implicitamente, como não há, a exemplo da Veja, referência a alternativas de mercado, o jornal deixa transparecer a idéia de que ela deveria ser muito mais ampla. No dia seguinte, 24, assim como no dia 26, o Estadão volta a abrir tensões, dentro dos limites controlados de sua formação discursiva, ainda que de forma moderada, com dinâmicas do funcionamento capitalista. Os editoriais desses dias são defesas de uma Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) mais forte, com mais poder de regulação sobre o mercado, acusando-a inclusive de “notória incompetência e mais do que provável submissão aos interesses das empresas aéreas brasileiras”, e de permitir que “prevalecessem os interesses gananciosos de companhias aéreas, dispostas a realizar os maiores lucros a qualquer custo, notadamente ao da segurança dos usuários”.

Mas é importante observar que, embora pareça constituir um ataque ao livre empreendimento e uma caracterização negativa da busca pelos interesses privados no mercado, o jornal arguciosamente faz esse tipo de concessão e opta nesses dias a navegar no sentimento de indignação de seu principal público, moradores de São Paulo, mais afetados pelo acidente com o avião da TAM. É uma clara *trade-off* em que prevalece uma análise consistente da relação custo-benefício envolvida. Caracteriza-se a atuação do mercado como gananciosa, embora não se questione a instituição em si, e lucra com a simpatia do público leitor. Trata-se, na verdade, de um deslocamento político,

de uma antecipação discursiva, a fim de que não se entre em confrontação aberta com os leitores.

Assim, é constatado que *O Estado de São Paulo* apresenta elevado nível de controle de seu discurso. Ele é consciente de que quando a defesa do capitalismo envolve aberta contradição pontual com seu leitor, em termos de mercado mesmo ela simplesmente não vale a pena. Quando o tema não é objeto de interesse direto e tão latente do público leitor, o jornal não abre mão de reproduzir os princípios liberais. No dia 19 de agosto, a denúncia da crescente centralização de poder do regime de Hugo Chavez na Venezuela é feita com acirrada crítica dos elementos aparentemente socializantes da política econômica de Chavez. Traça-se uma relação automática, aos melhores moldes de Friedman e Hayek, entre a falta de liberdade para o capital atuar e a falta de liberdade política. No dia seguinte, 20, o jornal resolve atacar a ineficiência da esfera pública, defendendo que um dos seus poucos aspectos positivos, senão o único, é justamente aquele que mais se insere dentro da formação discursiva liberal, o mérito individual, medido através do concurso público. No caso, o Estadão sustenta que este elemento estaria sendo comprometido, e que isso estaria deteriorando a “eficiência funcional na esfera pública”.

No dia 27, o Estadão contempla seu leitor com uma das mais veementes defesas dos princípios liberais, sob o representativo título de “A força de um Estado enxuto”. Sobram elogios para a tentativa do governo paulista de assemelhar ao máximo a administração pública da administração privada, e faz-se uma defesa intransigente da política privatizante implementada pelos sucessivos governos do PSDB no estado. “As privatizações (...) tornaram possível maior volume de investimentos em obras públicas”, segue o discurso. “Estado enxuto não é Estado raquítico”, argumenta, enquanto defende, tal como os ganhadores do prêmio Nobel que nos servem de referência, que quanto menor o campo de atuação do Estado mais eficiente ele será.

Dia seguinte, 28, o jornal volta a demonstrar sua leitura particular da realidade histórica, afirmando que um dos poucos méritos do governo Lula foi a continuidade da política econômica de Fernando Henrique Cardoso, chegando a utilizar um artifício discursivo profundamente autoritário. Depois de citar comentário do presidente Lula, o jornal o reescreve, num movimento de

reescrever a história de acordo com a forma enxergada por ele. Assim, existe a visão divergente, apenas para ser, literalmente, transformada, não na voz do veículo, mas na do próprio Lula, em visão conformada. Enquanto Lula disse que se tivesse continuado a política econômica de FHC o país teria quebrado, o Estadão afirma que Lula deveria ter dito “Se eu continuasse com a política do PT, o País teria quebrado”. O veículo não se incomoda nem em disfarçar a quem beneficia a citada política econômica: “Ora, seria desrespeito ao presidente acusá-lo de ignorar que o pesado ajuste fiscal de 2003 – a seu ver, o marco do divórcio do passado – foi, primeiro, mais do mesmo, literalmente; segundo, indispensável para aplacar os temores dos agentes econômicos, desde o empresariado aos mercados financeiros, sobre o que, a julgar por duas décadas de retrospecto, lhes reservaria o PT”.

Mesmo após toda a transformação e guinada política de Lula e o PT, no dia 29 o Estadão volta a atacar, e se referindo ao congresso nacional do partido, desclassifica qualquer resquício de pensamento socialista que eventualmente ainda poderia existir, bem como o tímido questionamento petista do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. “(...) dá para se supor a prevalência do que ainda exista de mais retrógrado entre as sobreviventes ideologias do mundo contemporâneo. É possível que entre os 981 delegados e os convidados de 32 países, que estarão reunidos de sexta-feira a domingo, surjam concepções de Poder e governo até mais atrasadas do que as vigentes na República Socialista Bolivariana de Hugo Chavez. Por exemplo, está previsto o lançamento de um plebiscito sobre uma proposta de reestatização da Companhia Vale do Rio Doce”.

QUADRO CLASSIFICATÓRIO DOS EDITORIAIS DO JORNAL O
GLOBO

O GLOBO	TÍTULO	ASSUNTO	CLASSIFICAÇÃO
DATA: 19/08/07	Com rumo	Economia carioca	Levemente Autoritário
DATA: 20/08/07	Força da realidade	Educação	Levemente Autoritário
DATA: 21/08/07	Ditadura na favela	Segurança Pública	Levemente Autoritário
DATA: 22/08/07	Divisor de águas	Mensalão no STF	Polêmico
DATA: 23/08/07	Cautela na crise	Economia Brasileira	Levemente Autoritário
DATA: 24/08/07	Valores da Justiça	Poder judiciário	Polêmico
DATA: 25/08/07	Idéia inadequada	Reforma Política	Levemente Autoritário
DATA: 26/08/07	Crimes na rede	Tecnologia	Levemente Autoritário
DATA: 27/08/07	Grande Avanço	Companhia Vale do Rio Doce	Pesadamente Autoritário
DATA: 28/08/07	Deixar claro	Combustível Alternativo	Pesadamente Autoritário
DATA: 29/08/07	Outro Patamar	Mensalão no STF	Levemente autoritário
DATA: 30/08/07	Ato desnecessário	Ditadura	Levemente Autoritário
DATA: 31/08/07	Alma petista	Partido dos Trabalhadores	Levemente Autoritário
DATA: 01/09/07	Falta de sintonia	Caso Renan Calheiros	Polêmico

O Globo se mostrou de longe o jornal diário mais comprometido com a defesa dos princípios e valores centrais do liberalismo. Dos 14 editoriais observados, apenas três podem ser classificados como polêmicos. E isso muito mais por que passam à margem de questões que poderiam envolver alguns de seus elementos do que pelo exercício de um jornalismo balanceado. Dos 11 discursos autoritários, dois receberam a classificação de pesadamente autoritário por sua forte carga em sintonia com a formação discursiva do veículo.

No dia 27, *O Globo* não desperdiça um centímetro sequer do seu editorial para defender o processo de privatização da Vale do Rio Doce. Encontramos trechos explícitos como: “O Estado ganha mais com a empresa sob controle privado”, “A privatização foi uma das mais importantes mudanças estruturais da economia brasileira na última década. Sem esse programa, o setor público não teria conseguido superar seus maiores desafios” e “chega a parecer bazófia que (...) a bandeira da reestatização da Vale continue sendo levantada no país, como se a roda da história pudesse ser voltada para trás”, desqualificando o discurso contrário como historicamente ultrapassado, e portanto inválido, excluído do debate, sem que ao menos se apresente seus argumentos. Dia 28, a defesa do mercado retorna com força total à medida que as organizações Globo demonstram sua preocupação com uma suposta escalada intervencionista do governo na produção de álcool: “É que a cadeia de produção do etanol passaria a ter um sistema de controle semelhante ao do petróleo, abrindo espaço para forte intervenção do Estado sobre um setor que evoluiu essencialmente graças ao mercado livre. (...) O intervencionismo estatal apenas contribuiria para afastar investidores de uma das mais promissoras fronteiras de expansão da economia brasileira”, diz o editorial.

Mas *O Globo*, por ser também o veículo que apresentou o maior número de editoriais autoritários, foi também o que possibilitou observarmos um leque mais amplo de elementos liberais sob os mais diversos temas. Dia 21 de agosto, ao comentar o crescimento da favelização e do crime organizado, objeto de uma série de reportagens especiais do jornal durante o período observado, o veículo demonstra sua concepção limitada de atuação do Estado como defensor da ordem. Após classificar a situação das favelas cariocas

como “selvageria e total ausência do Estado”, o editorial sugere como solução “o enfrentamento incessante das quadrilhas, a limpeza e o aperfeiçoamento das polícias são, como se constata, um trabalho de alta prioridade”, silenciando sobre intervenções do Estado tão ou mais necessárias no que dizem respeito a, por exemplo, acesso à educação, cultura, saúde, emprego e renda de qualidade.

No dia 23, *O Globo* aproveita a crise do mercado imobiliário norte-americano para defender uma política fiscal rígida e a redução da intervenção do Estado. “(...) persiste a execução de uma política fiscal irresponsavelmente expansionista (...) enquanto na outra ponta do torniquete, pratica-se uma estratégia de arrecadação tributária que sobrecarrega os contribuintes. (...) Isso produz sonegação, informalidade e perda de competitividade nas empresas que tentam se manter em dia com o fisco. Reduz-se a eficiência do setor produtivo. (...) o governo terá de praticar de uma hora para outra uma política fiscal dura”, explica o editorial. Já no dia 31 de agosto, ao comentar propostas que surgiram no Congresso Nacional do PT, *O Globo* segue o exemplo de outros veículos e faz uma transmissão automática entre uma suposta tese de implementação do socialismo com um regime sem liberdades formais.

Mas, sem dúvida alguma, os editoriais mais interessantes são aqueles em que se percebe que as organizações *Globo* tentam defender não só o sistema capitalista como um todo, mas particularmente os interesses dela dentro desse sistema. No dia 26, disfarçada sob a temática da falta de controle editorial da Internet, a *Globo* promove a defesa de sua criticada cobertura jornalística durante os jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Mesmo assim, ela argumenta que um maior controle das autoridades é um erro, “Pois junto, seguramente, virá a tendência de o Estado invadir privacidades e coibir a livre circulação de informações”. Ou seja, mesmo prejudicada pelos excessos de liberdade da rede mundial, a *Globo* ainda defende uma espécie de *laissez-faire* virtual.

E, finalmente, num discurso representativo dos editoriais de *O Globo* como um todo, o veículo ataca com veemência o lançamento de um livro com balanço da Comissão de Mortos e Desaparecidos sobre a repressão na ditadura militar, com a tese de que “a ninguém interessa esse tipo de iniciativa, potencialmente capaz de produzir tensões e de irritar tecidos sociais ainda

sensíveis“ e de que “Esta é uma ferida a se deixar cicatrizada”. O esvaziamento do referente histórico nesse caso age de maneira dupla. Não somente o discurso oculta o fato de que as organizações Globo foi uma das bases principais bases de sustentação do regime militar e uma das que mais soube crescer e lucrar com o regime que consolidou uma nova etapa da inserção capitalista da economia brasileira na ordem globalizada, ou seja, esvazia os significados históricos, como, além disso, o discurso em si, textualmente, defende o esquecimento dessa história: “essa volta no tempo tem se mostrado um poderoso fator de desestabilização interna e dificultado a consolidação da ordem democrática”, diz o Globo.

2.4 Discussão dos resultados

Após essa breve demonstração do material coletado durante a pesquisa e da análise que foi feita dos discursos identificados nela, já é hora de realizarmos nossas considerações principais sobre os resultados. Primeiramente, ficou claro de que nossa hipótese foi somente parcialmente comprovada. Os veículos Folha de São Paulo e até mesmo O Estado de São Paulo não apresentaram padrões dominantes de discursos autoritários, embora os outros quatro veículos o fizessem. Mas, de maneira geral, todos os veículos analisados não deixam de construir discursos que “buscam cristalizar o conjunto de princípios e valores fundamentais para a reprodução e aprofundamento das relações capitalistas”, ainda que com intensidades diferentes, como também previa nossa hipótese central.

Essa explanação é justificável na medida em que podemos observar três tipos de discursos no que diz respeito ao grau de comprometimento com a formação discursiva liberal. Juntos, os três formam o *continuum* ideológico que delinea o campo da ideologia e estratégia capitalista. E, tendo em vista que não encontramos nenhum discurso lúdico, eles contemplam todos os posicionamentos observados, mesmo aqueles classificados como polêmicos. Um primeiro tipo de posicionamento, minoritário dentro do universo observado, é o que admite a existência de falhas significativas no sistema capitalista, mas acredita que é possível reformá-lo ou melhorá-lo ao ponto de eliminá-las. É

formado pelo universo de discursos polêmicos que tensionam em sentido contrário a alguns dos princípios fundamentais do liberalismo, sem colocar em cheque o sistema como um todo. Mais que isso, enxerga esses “ajustes” como necessários para a sua continuidade. São os discursos observados que tecem elogios a programas de redistribuição de renda como o Bolsa-Família, denunciam a miséria e a pobreza ou defendem intervenções pontuais do Estado.

Um segundo tipo, este já amplamente observado na pesquisa, diz respeito ao que podemos chamar de “zona de conforto”. Trata-se daquele posicionamento de satisfação com o atual estado de coisas e a falta de perspectivas próximas de ameaças a esse estado. Ao ponto de que não se faz necessário ficar defendendo o capitalismo ou mesmo seu aprofundamento e se dá ao direito de discutir outras questões secundárias. Constitui uma parcela significativa dos editoriais da Folha de São Paulo, por exemplo. Isso não significa que, caso uma situação conflituosa se configure de forma mais clara, o veículo irá se abster de intervir no seu palanque. É só que no momento ele não considera essa intervenção necessária. É um posicionamento que oscila entre a defesa do estágio de capitalismo alcançado de eventuais ataques pontuais, como a reestatização de uma grande empresa, e a certeza de que não é necessário afirmá-lo dada sua retumbante vitória.

Por fim, uma terceira posição, também amplamente encontrada nos editoriais observados, é aquela que não está satisfeita com o atual nível de desenvolvimento das relações capitalistas, e, portanto, promove uma agenda positiva de aprofundamento dele. São os editoriais que defendem mudanças que passam pela redução do papel do Estado ou exigem seu ajuste fiscal, ou mesmo a promoção de reformas de liberalização e desregulamentação. Como mencionado, estes três posicionamentos esgotam o universo de editoriais observados, o que significa que, ainda que com intensidades diferenciadas, todos os veículos podem ser situados no mesmo campo ideológico, e em maior ou menor medida manifestam isso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais as conseqüências e desdobramentos das conclusões que traçamos acima? Que implicações elas trazem para a prática jornalística e a forma com que ela se relaciona com nossa realidade social? À primeira vista, o fato de que os posicionamentos políticos e ideológicos da grande imprensa escrita brasileira são uníssonos, ainda que se manifestem discursivamente de maneiras diferenciadas, pode parecer preocupante. Como argumenta Luiz Beltrão:

“(...) é necessário que o objeto seja questionável, isto é, dê margem a uma opção do sujeito entre duas ou mais alternativas, igualmente possíveis. Quando o objeto não comporta diferentes faces, não há lugar para a opinião. (...) quando a opinião é exclusiva ou única se desvanece como tal” (BELTRÃO, 1980, p. 15).

No entanto, tem se evitado ao longo do presente trabalho desenvolver uma concepção hipodérmica do leitor, tratando-o como um ingênuo. Anteriormente, argumentamos que a relação de identidade política estabelecida com o veículo contém uma dimensão ativa por parte do leitor, que age politicamente ao absorver os conteúdos opinativos do jornal de sua escolha. Mesmo assim, deve-se conceber essa atuação como sendo portadora de uma natureza muito mais complexa do que a simples adesão acrítica. Citando artigo de Rod W. Horton publicado no Diário de Pernambuco, Beltrão tenta esclarecer como funciona esse processo:

“O leitor (..) aceita os truques da inclinação, porém com o privilégio da opinião particular. Conhece a política do jornal e separa os artificios e as interpretações dos próprios acontecimentos, algumas vezes, aceitando o ponto de vista do jornal, outras vezes, rejeitando-o para tirar suas próprias conclusões” (BELTRÃO, 1980, p. 21).

Além disso, pesquisadores têm se mostrado otimistas em relação às possibilidades alternativas de comunicação que se abrem com o advento e

popularização de novas tecnologias, como sintetiza de forma mais ilustrativa o fenômeno dos blogs e das comunidades virtuais. Mesmo chegando a conclusões e traçando cenários semelhantes ao que foi exposto durante a pesquisa, até mesmo Ciro Marcondes Filho aposta nessa possibilidade:

“Em termos políticos e econômicos, o papel da imprensa, como órgão de classe para garantir a legitimação das formas de dominação na sociedade, com progressiva tendência a centralização, reduzirá ainda mais os espaços de movimentação de opiniões (ainda que todos pertençam aos quadros do pensamento oficial situacionista) e de organização de opinião pública, exigindo da sociedade formas antimonopolísticas de organização e de divulgação de fatos e de políticas. Afinal, o outro lado das novas tecnologias é a sua contramanipulação e a inversão dos fins para os quais elas estão sendo usadas” (MARCONDES, 1986, p. 76).

Venício Lima também parece acreditar nisso, e vai ainda mais além. Segundo ele, haveria inclusive uma possibilidade de posicionamentos divergentes se tornarem tão fortes que acabariam se impondo eventualmente no campo midiático.

“Os CR-Ps (Cenários de Representação da Política) contra-hegemônicos podem ainda estar “latentes”, emergindo e sendo construídos fora da mídia antes de alcançá-la” (LIMA, 2002, p. 203).

Segundo a argumentação de Venício, os momentos em que isso ocorreria seriam configurados por conflitos abertos entre a mídia e o público. O exemplo clássico dado por ele é a atuação da Rede Globo de televisão durante a campanha pelas “Diretas Já”, quando, após sistematicamente boicotar a campanha, a emissora começou a ser constrangida publicamente, chegando a ter seus carros atacados e se vendo obrigada a deslocar seu posicionamento sob pena de não cair num descrédito geral por parte do público, o que inviabilizaria, em última instância, sua permanência enquanto grupo econômico de força. Antes mesmo do caso “Diretas Já”, Beltrão já alertava:

“(...) os grandes órgãos de difusão (...) devem manter um equilíbrio entre sua missão pública e seu objetivo mercantil, pois dependem do leitor que, com o senso divinatório do cidadão, logo identifica uma política editorial comprometida e divorciada do interesses vitais da comunidade. Então, o jornal não tardará em ser repudiado; o leitor deixará de adquirí-lo; as tiragens cairão e não estará longe o dia em que, também os anunciantes que o mantêm com a publicidade, dele retirarão seu apoio e o levarão a fechar as portas e paralisar as máquinas, pois sobre ele caiu o descrédito da coletividade” (BELTRÃO, 1980, p. 19).

No caso dos editoriais observados, esse tipo de deslocamento fica claro, como já mencionado, no discurso de *O Estado de São Paulo* em relação às empresas privadas de aviação civil. Provavelmente, o Estadão entraria em conflito aberto com seu público, ao menos naquele momento, caso insistisse numa proteção ou mesmo proferisse elogios às empresas, ainda que estas fossem, hipoteticamente, grandes anunciantes do jornal.

Contudo, essas argumentações em direção ao controle social automático da mídia, bem como de uma suposta emancipação externa a ela, precisam ser relativizadas devido a pelo menos um aspecto. As grandes preocupações de Lima estão centradas no fato de que a mídia apresenta cada vez mais elevados níveis de concentração, que hoje ela dispõe de considerável poder tendo em vista o fato de que constitui o ator dominante na produção de informação e visões a respeito da realidade política e da sociedade como um todo.

“(...) não há dúvidas sobre a crescente relação existente entre informação e conhecimento, e o papel-chave que este último desempenha como fator de poder nas sociedades contemporâneas” (LIMA, 2002, p. 113). “Uma estrutura policêntrica dos meios de comunicação (...), não seria, por si só, garantia de que existirão condições justas e iguais para uma verdadeira alternância do hegemônico. Mas, com certeza, a policentria da mídia constitui um primeiro passo, necessário e fundamental” (LIMA, 2002, p. 212).

Nosso argumento, baseado nos resultados da pesquisa, é de que a problemática da falta de pluralidade de visões é hoje, na realidade da imprensa

brasileira, mais acentuada ainda. Lima está se referindo à concentração midiática promovida pela Rede Globo. Nosso ponto é de que, mesmo havendo concorrência entre veículos, não há concorrência alguma de posicionamentos políticos, apenas variantes dentro de um mesmo lado. Admitindo-se que não há ainda como comparar o peso das fontes de informação e opinião alternativas com os grandes conglomerados de mídia, em tese, isso dificulta muito o desenvolvimento de linhas de raciocínio como as de confrontação com os veículos. Como confrontar algo se não há nem a formulação de uma visão divergente? No caso das “Diretas Já”, por exemplo, Lima mostra como a existência da transmissão da Rede Bandeirantes impulsionou tanto a confrontação com a Globo quanto a decisão dela própria de resolver entrar na cobertura. A cobertura divergente à Globo ampliou o campo do que era “pensável” politicamente. Se considerarmos formulações da psicologia social que indicam a acessibilidade a informações como um dos elementos fundamentais do processo cognitivo, a problemática fica mais clara.

“Ao tentarmos conhecer o ambiente social, nós lançamos mão de atalhos, ou seja, métodos rápidos de chegar a conclusões (...) não gostamos de gastar muito esforço cognitivo na tentativa de entender o mundo social que nos rodeia. (...) Consiste em fazermos julgamentos de probabilidade de ocorrência de um evento com base na facilidade com que o evento nos vêm a mente. Depende, pois, da maior ou menor acessibilidade de informação sobre o assunto” (RODRIGUES, ASSMAR E JABLONSKI, 2005, p. 84).

É de se questionar se janelas de acesso ao que diverge do pensamento dominante resistem, e em que condições. No plano político institucional, é inegável a contribuição que o fim do socialismo “realmente existente” e a adoção sistemática, por parte de partidos de origem socialista do mundo inteiro, a partir dos anos 70, dos postulados liberais, forneceram para o desenho de um mundo onde a instituição mercado e a sua dinâmica de funcionamento não é questionada. Não só isso, tende a ser entendida como natural, eterna, desvinculada de qualquer desenvolvimento histórico específico, pairando num plano acima dessa história. Processos políticos aparentemente dissonantes desse cenário, como o da Venezuela, ainda são muito limitados,

embrionários, dificultando uma análise mais consistente sobre se constituem a construção de alternativas ou apenas renovadas formas de dominação. Se, ao menos no plano simbólico discursivo, trazem de volta a temática da alternativa ao capitalismo, no plano político real ainda parecem carecer de elementos concretos que sustentem isso.

No plano da relação entre veículos de comunicação e indivíduos, admitindo-se que as transformações da prática jornalística favorecem cada vez mais um jornalismo de identidade política, é nesse contexto que as análises que se debruçam sobre o assunto podem ganhar força explicativa. Todavia, de forma alguma isso significa dizer que todo o público atingido pelos veículos é liberal. Até porque, é de se imaginar que a ausência de uma alternativa concreta tende a dificultar a visualização e a interpretação da realidade nesses termos. Pode se revelar mais interessante para a teoria social entender o processo de construção e estabelecimento hegemônico de uma visão de mundo como profundamente dinâmico e complexo, com avanços e recuos constantes, conflito interminável por espaços, sujeito a influências históricas de curto e longo prazo.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina-Ari, 1980.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1977.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Editora Globo, 2ª edição, 1977.

LIMA, Venício de. **Mídia: Teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 4ª edição, 2002.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 23ª edição, 2005.